

Avaliação de Conjuntos de Dados Geográficos de Elevado Valor no Contexto de uma IDE Aberta

Os casos do SNIG (Portugal) e da INDE (Brasil)

N.º do tema de sessão técnica: N.º. 4 - Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE)

Resumo

O conceito de IDE aberta tem surgido no sentido fomentar a participação de atores não-governamentais no processo de desenvolvimento das IDE. A IDE aberta é definida como sendo uma infraestrutura que não está relacionada apenas ao fato de disponibilizar um conjunto de dados espaciais em formato aberto, gratuitamente e sem restrições, e sim incluindo a possibilidade de participação de atores não-governamentais na sua organização e governação. No geral, os dados disponibilizados nas IDE são produzidos e publicados por atores governamentais e em alguns casos possuem uma relação com os portais de dados abertos. No contexto dos instrumentos legais, em 2003, a Directiva 2003/98/CE foi publicada pelo Parlamento Europeu e o Conselho, estabelecendo regras e meios práticos para a reutilização de documentos do sector público dos Estados-Membros da Europa. Portugal, em 2016, transpondo a Directiva europeia de 2003, aprovou e publicou a Lei N.º 26/2016, que estebeleceu as formas de acesso às informações administrativas e ambientais, incluindo as formas de reutilização dos documentos administrativos. Em 2019, a Directiva 2003/98/CE foi alterada a partir da publicação da Directiva 2019/1024, reformulando a questão relacionada aos dados abertos e à reutilização de informações do setor público. Diante desse contexto, Portugal, em 2021, aprova e publica a Lei n.º 68/2021, tratando da questão sobre dados abertos e sua reutilização, transpondo a Diretiva 2019/2024 e alterando a Lei N.º 26/2016. Na possibilidade de trazer uma nova forma de gestão e governança de IDE, surgiram propostas de framework para avaliação de IDE no contexto da abertura de dados. Uma das propostas considerou as formas de avaliação dos portais de dados abertos, como o Open Data Barometer, como base e referência para o desenvolvimento de uma framework que possibilitasse a avaliação de uma IDE no contexto das iniciativas de dados abertos.

Este trabalho buscou integrar os indicadores utilizados, de forma a elaborar um framework para avaliação dos conjuntos de dados geográficos disponibilizados no Sistema Nacional de Informação Geográfica(SNIG) e na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), considerando o contexto de descoberta, acesso e propriedades dos dados. Segundo a legislação vigente em Portugal, as categorias temáticas dos conjuntos de dados considerados de elevado valor Geoespaciais, Observação da Terra e do ambiente, Meteorológicas, Estatísticas, Empresas e propriedade de empresas e Mobilidade.

Em virtude da avaliação, uma atenção maior deve ser dada nas questões sobre a publicação dos dados que estão no geoportal nacional e no portal de dados abertos, no

uso de licenças abertas e internacional, na disponibilidade de metadados em inglês junto com o idioma nacional e a atualização dos dados publicados. Considerando os fatores positivos da avaliação, os dados publicados, em sua maioria, estão publicados de forma gratuita, o acesso foi considerado uniforme, são legíveis por máquina a partir de padrões e formatos abertos e os metadados estão em conformidade com a ISO 19115.

Palavras chave

IDE, IDE Aberta, SNIG, INDE, Dados de Elevado Valor

Autores

1º Rafael Lopes da Silva

rafael.silva@ibge.gov.br

Assessor Técnico Especializado

(Governança, Geoinformação e Infraestrutura de
Dados Espaciais)

Diretoria de Geociências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -
DGC/IBGE